

A. I. N° - 269094.0311/09-1  
AUTUADO - MÓVEIS K LTDA.  
AUTUANTE - EMÍLIO ALVES DE SOUZA FILHO  
ORIGEM - INFAZ / BRUNADO  
INTERNET - 05.11.2010

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJJ N° 0298-02/10

**EMENTA.** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO TOTAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 04/12/2009, exige ICMS e aplica multas em decorrência de:

- 1- Deixou de recolher os acréscimos moratórios referentes ao ICMS devido pela antecipação tributária, pago intempestivamente, porém espontâneo, no valor de R\$ 3.114,98.
- 2- Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, no valor de R\$ 1.220,98, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.
- 3- Omitir entrada de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DME – Declaração do Movimento Econômico de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com multa no valor de R\$ 664,27.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário, fls. 31/34 vindo posteriormente a se manifestar pelo reconhecimento integral do débito e conseqüente desistência da defesa apresentada, conforme relatório do SIGAT- Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária acostado às folhas 118/122 dos autos pela Coordenação Administrativa do CONSEF.

### VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e **prejudicada** a defesa apresentada, devendo os autos ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração n° 269094.0311/09-1, lavrado contra **MÓVEIS K LTDA.**, devendo o autuado ser cientificado desta decisão e os autos encaminhados à INFAZ de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de outubro de 2010.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE /